

Colonialidade e Correntes Teóricas do[s] Campo[s] de Públicas

Mirella Fontes Ricarte

RESUMO

Como está estruturado, de um ponto de vista cientométrico, os bacharelados do campo de públicas no Brasil? Esta pesquisa buscou mapear os autores presentes nas listas de referências bibliográficas dos Planos de Ensino nos Projetos Político-Pedagógicos (PPC) dos bacharelados do Campo de Públicas em Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas no Brasil. Para tanto, foi mobilizado a metodologia de análise de redes que fornece o instrumental necessário para descortinar o emaranhado de autores e suas comunidades epistemológicas no interior do campo. Além de aprofundamento filosófico sobre implicações teórico-práticas da subjetividade eurocêntrica imposta desde a invasão do território latinoamericano. Investigou-se a subjetividade do ensino e como as correntes teóricas exprimem domínios que se localizam no processo de decolonização da América Latina, objetivando aproximá-lo de perspectos .

Palavras-chave: Campo de Públicas. Cientometria. Decolonialismo. Análise de Redes. Referências Bibliográficas.

REGISTRO AUTOBIOGRÁFICO

Começo esse texto. Esse texto que já nasceu errado, nunca quis chegar a lugar algum a resposta nenhuma a verdade primeira nunca não é verdade já quis sim mas no momento atual que lê ele não quer mais. Escrevo porque preciso. A escolha bibliográfica foi calculada até em milímetros. Uso estética métrica forma do que vivi teorizandopraticando. Ele nasce errado também porque vem cheio de apud muita carga da autora em cada Palavra escolhida registrada repensada excluída encaixada além dos constantes apud's dos mencionados "clássicos" ou substituível por homens brancos europeus Reich Hegel Delleuze.

Digo porque eu não escolhi, no fundo, nada disso tudo disso tudo isso foram quem me escolheu então tratei de abraçar a gosto ou contragosto. Coloco poesia porque você sabe que ela é boa e bela. Arte indígena. Tem utilidade tem graça mas explico porque preciso não preciso explicar o porquê do espaçamento simples recuo 4 fonte 10 você sabe porque não eu sei porque não e está tudo bem.

A autora tentou com certeza (sem sucesso) proporcionar uma leitura não pesada nem densa ou cansativa esse registro autobiográfico é mais uma dessas. Ele falo esse bacharelado por vezes foi um soco no estômago crise de gastrite junto ou separado do prazer de encontro acadêmico outras apatia repulsão descontentamento também separado ou junto e está tudo bem. Durante esse percurso longo não tão longo mas um pouco sim antropologia, epistemologia, geografia, filosofia me abraçaram e também está tudo bem.

A Mirella [eu no caso específico] agradece as relações animais pela qualificação formativa citar nomes de humanos ou não seria cruel. Não que eu me importe com esse papel. O fato é que eu sei que se for sobre você, você vai entender quando ler.

Minha constante dúvida contradição com a Palavra se refere a necessidade de precisão na comunicação estar pautada exclusivamente pela amplitude de vocabulário acadêmico. Ou mesmo o aprofundamento da abstração ser pautado exclusivamente pelo vocabulário acadêmico complicado.

Quando veio a formatura
ainda acharam foi pouco
pois a moda de agora
é fazer mestrado fora
e doutorado barroco

Mas ela se satisfez
e resolveu cair no mundo
com o canudo no bolso
e o pensamento fecundo
sonhava em criar escolas
pregar pelo mundo afora
o conhecimento profundo

1 INTRODUÇÃO

Como está estruturado de um ponto de vista, cientométrico, os bacharelados do Campo de Públicas no Brasil? Mais especificamente, quais as correntes teóricas predominantes no ensino de graduação do referido campo no Brasil? Essas foram questões, não pioneiras, mas motivacionais desta pesquisa. Entretanto, as reflexões teóricas ganharam notoriedade para além das análises quantitativas. De modo geral, a condução do problema de pesquisa foi elaborada pela “cumplicidade entre a geopolítica e a política de Estado de conhecimento disfarçada de ‘identidade disciplinar’” (MIGNOLO, 2008, p. 287).

O Campo de Públicas é uma área de conhecimento multidisciplinar e sua “configuração une cursos com diferentes enfoques” (PIRES *et al.*, 2014, p. 111). Portanto, conhecer e aprofundar estes enfoques é a meta desta pesquisa. Especificamente, busca-se mapear os autores presentes nas listas de referências bibliográficas dos Planos de Ensino presentes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do Campo de Públicas, no intuito de desvendar a paisagem intelectual deste campo. Além disso, iniciar o debate sobre o ensino do Campo de Públicas e sua função no contexto de subalternização estrutural da América Latina.

Justifica-se esta abordagem pelo fato de que a citação de um determinado autor deve ser tomada “como indicador objetivo da comunicação científica” (GRÁCIO, 2016, p. 83). Deste modo, estudos de caráter cientométricos possibilitam analisar a estrutura subjetiva dos estudos que dominam a formação dos futuros profissionais tecnopolíticos.

Utilizaremos a corrente decolonial como orientação argumentativa teórica por conceber que a imposição de um único horizonte de Perspectiva pode ocultar outras existências e experiências, ser/estar e ver como. Este é o tema fundamental desta pesquisa; um desdobramento da significância que os cursos de graduação do Campo de Públicas, tendo em vista reflexões e proposições teórico-metodológicas alinhadas histórica e geograficamente ao contexto de colonialidade do poder, têm na produção de relações equânimes. Neste sentido, a fundamentação teórica inicia com “*Nossa Totalidade Latinoamerica e o Perspectivismo*” onde concepções totalizantes e fragmentadas são expostas, apresentando uma argumentação a partir

da premissa do perspectivismo. Logo em seguida, *“Desobediência para Decolonialidade”* reafirma a colonialidade do saber e a urgência de epistemologias periféricas. Por fim, tais defesas foram articuladas considerando as reveladas estruturas teóricas dominantes do Campo em tela. Esses resultado compõe o item *“Campo[s] de Públicas e o Vácuo Latinoamericano”*.

2 NOSSA TOTALIDADE LATIANOAMERICANA E O PERSPECTIVISMO

A autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak estrutura seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010) também com o Capítulo IV do livro *Microfísica do Poder* (2010) de Michel Foucault, “Os intelectuais e o poder - Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”; precisei visitá-lo e dedicar atenção para construção desse fragmento. No diálogo, os autores citando o “processo de totalização” (FOUCAULT, 2010, p. 69), relatam como ocorriam as relações teoria-prática antes¹, qualificando-as pela maior imparcialidade. Deleuze pontua que se associava ora pela prática como uma teoria da ação, ora pela prática como uma inspiração da teoria/criação. Pode-se assim estabelecer, com base na última associação, uma relação de teoria como sistematização e produção de práticas. Logo, totalização, mas sobretudo reconhecendo esta condição a partir da posição fragmento² - teoria espaço prática, totalidade na divisão. Ou seja, tal análise parte de uma subjetividade que pertence a um recorte, neste caso um discurso ocidental (fragmento) e ocidentalizante (totalidade). Além da categorização teoria espaço prática expressar uma perspectiva de organização cognitiva.

Foucault (2010) associa-as à totalidade, talvez pela tentativa de divergir dos processos normativos, homogêneos e categóricos. A conexão fica evidente quando afirma: “teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica. É o poder que por natureza opera totalizações” (FOUCAULT, 2010, p. 71). Entretanto, em outro momento, o autor argumenta que a generalização do poder “não se faz por meio da totalização de que você [*sobre Deleuze*] falava há pouco, por meio da totalização teórica” (FOUCAULT, 2010, p. 78). Desta forma, identifica-se dois movimentos, onde outra vez não se reconhece, respectivamente: (i) a condição da totalização a partir

da posição fragmento; (ii) a universalização desta condição enquanto uma perspectiva.

Resgatando o pensamento comparativo, agora em sua “maneira nova” (p. 69), Deleuze caracteriza a teoria como “revezamento de uma prática a outra” (FOUCAULT, 2010, p. 70) a partir do local, do recorte e da aplicação, podendo ou não ser; e prática como teorias na ação, pautando novamente o revezamento.

Tal reflexão refere-se a uma condição de suas proposições ainda sobre uma das características da “maneira nova”: em que medida os objetos e seus processos, pertencentes sistêmicos do revezamento [dentro sistema!] produzem revezamento? Visto que segundo Deleuze, “desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passar a um domínio diferente)” (FOUCAULT, 2010, p. 69). Além de exemplificar tal argumento pela experiência de Foucault em “criar condições para que os presos pudessem falar por si mesmos” (FOUCAULT, 2010, p. 70), o próprio pontua que “existe um sistema de poder que barra” (FOUCAULT, 2010, p. 71). Como veremos adiante, em capítulo específico, o revezamento epistemológico no Campo de Públicas pelo menos, não tem acontecido, o barrar foi materializado. O domínio como constante superação pode acabar por manter o discurso, seja no fragmento por si, seja na totalidade do fragmento.

Já Milton Santos (1982), quando elabora o “princípio da totalidade” (SANTOS, 1982, p. 12) a partir da dialética, discorre sobre a fragmentação, pontuando a complexidade da “estrutura social” e suas explicações para a “natureza humanizada”. Ambas exigem análises particulares e profundas, que trabalhem o imenso conjunto de questões, fundado em abstrações extensas e amplas relações para a produção defendida em cada âmbito. A problemática ressalta que fragmentação “é, também, um conjunto particular de determinações (do ser)” (SANTOS, 1982, p. 15) condicionadas pelos processos preexistentes. Esses processos são epistemológicos e ideológicos, portanto, habitualmente delineados por sustentadoras leis rígidas. (SANTOS, 1982). Logo, mover-se pela subalternização das especificações preexistentes que constituem os fragmentos, caracteriza, também, homogeneidade; mesmo que não se resuma a tal qualificação.

Defendendo a anterioridade das problemáticas sobre espaço e tempo, Santos (1982), afirma que técnicas são meios “dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza” (SANTOS, 1982, p. 10), considerando a:

Estrutura, processo, função e forma, essas velhas categorias filosóficas e velhas categorias analíticas devem ser retrabalhadas para que, neste particular, possam prestar novos serviços à compreensão [...] A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou [...] (SANTOS, 1982, p. 13).

Todos esses instrumentos devem permitir interpretações do material para possibilitar proposições. Visto que as fragmentações vigentes, enquanto qualificações instrumentais e determinantes, consideram majoritariamente o objeto (forma). Como presumir novas relações que não as já pertencentes aos processos (função, totalidade) que constituíram/constituem tal objeto?

Portanto, na tentativa de efetivar revezamento pela totalidade de maneira alternativa ao domínio, tem-se o perspectivismo como possibilidade de superar não só determinações do ser, mas também o vácuo da universalização teoria x prática, ou cultura x natureza. Assim como o Espaço é classificado como categoria filosófica por Santos (1982), o Perspectivismo foi organizado enquanto taxonomia acadêmica por Eduardo Viveiros de Castro (1996). Em **Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio** (CASTRO, 1996), o autor, também sem essencialismo, expõe a qualificação perspectivista em sua amplitude como método. Transpondo algumas características eurocêtricas, como: valoração, dicotomia, evolução, linearidade e competição, sistematiza a concepção na “qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (CASTRO, 1996 p. 115). Não se trata de relativização e muito menos de universalização. A contribuição específica deste método à presente pesquisa parte principalmente do aspecto ortogonal.

Utilizando a terminologia “não-ocidentais” (CASTRO, 1996, p. 115) - por não se referir exclusivamente às críticas latinoamericanas à subjetividade europeia - a começar pela não distinção entre Natureza e Cultura, como outros tantos trabalhos etnográficos/antropológico, diverge da dicotomia por ela não contemplar

cosmovisões outras. Nem a fragmentação ou relativismo, a depender da corrente, nem a totalidade ou universalismo, agregam as cosmovisões pertencentes ao nosso contexto histórico e geográfico em seus primórdios.

Durante apresentação da prévia deste projeto em evento do Campo de Pública, levantaram uma provocação no que diz respeito aos limites práticos das críticas a filosofia da ciência, estritamente a teoria decolonial. O perspectivismo é uma resposta, mas também alternativa. Trabalhar a relação da internacionalização da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, com a urgência do debate decolonial - trabalhado na próxima seção - a partir do perspectivizar subjetividades e objetividades, não precisa se limitar às pesquisas antropológicas. Neste sentido, o autor pontua que a

florescente indústria da crítica ao caráter ocidentalizante de todo dualismo tem advogado o abandono de nossa herança conceitual dicotômica, mas as alternativas até agora se resumem a desideratos pós-binários um tanto vagos; prefiro, assim, perspectivizar nossos contrastes contrastando-os com as distinções efetivamente operantes nas cosmologias ameríndias (CASTRO, 1996, p. 116)

Em síntese, o autor caracteriza como “contextos relacionais, perspectivas móveis, em suma, ponto de vista” (CASTRO, 1996,p. 116). O perspectivizar enquanto ato, ou mesmo classificação acadêmica, emerge a partir da sistematização de experiências/pesquisas etnográficas na amazônia indígena essencialmente, mas não só. Ele diz sobre a humanidade, um tipo de “forma interna humana” (CASTRO,1996, p. 117), visível apenas a cada espécie, ser/estar presente em diversas. Agrupando as espécies enquanto presas ou predadores, descrevendo como humanos, animais e subjetividades outras variam de perceptos (CASTRO, 1996).

[...] reembaralhamento etnograficamente motivado das cartas conceituais leva-me a sugerir a expressão ‘multinaturalismo’ para designar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias ‘multiculturalistas’ modernas: enquanto estas se apóiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas - a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e substâncias, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e dos significados -, a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A ‘cultura’ ou sujeito seriam aqui a forma do universal, a ‘natureza’ ou o objeto a forma do particular (CASTRO, 1996, p. 116)

Para finalizar minhas considerações sobre esse capítulo, ou “diálogo” associado a Santos (1982) e retorno à Spivak (2010). Autores considerados “proeminentes e consagrados” terminam problematizando as prisões, as escolas, as fábricas, o ódio da justiça, a infância, mas sem problematizar e decolonizar suas próprias bases epistêmicas. Sérgio Mignolo (2008) crítica essa postura e oferece uma saída a partir do argumento de que a desobediência política não pode ser apenas civil, mas também epistêmica. Decolonialidade significa ao mesmo tempo (i) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder; e (ii) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (por exemplo, dos proeminentes e consagrados autores que pretendem universalizar seu ponto de vista fragmentado). Trata-se de uma luta pela obtenção de direitos epistêmicos nos quais os princípios em que a economia, a política e a educação estarão organizadas, deliberadas e promulgadas. Neste caso, se trata de uma luta pelos direitos epistêmicos sobre os quais o próprio Campo de Públicas e suas normativas estarão assentados.

3 DESOBEDIÊNCIA PARA DECOLONIADE

Ressaltando “de antemão, que não haveria também qualquer pretensão essencialista ao se falar em Sul”, Adelia Miglievich Ribeiro (2014), argumenta que durante

diálogo com o *Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia*, alguns intelectuais latino-americanos encontram pontos de contato que lhes permitiram fundar, por sua vez, no continente o *Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos*, que não demorariam muito para que, ainda que em sintonia com os investigadores indianos, se propusessem a marcar sua diferença e originalidade. (RIBEIRO, 2014, p. 72).

Neste sentido, a teoria crítica produzida entre 1950 e 1970 pelo pensamento latino-americano emerge, entre outros, a partir dos estudos do sul-asiático, das filosofias africanas, e da teoria da libertação e da dependência, especificamente. Para construir tal revisão teórica a autora cita, entre outros, Dussel, Boaventura de

Sousa Santos, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Orlando Fals Borda, Darcy Ribeiro, Frantz Fanon, Malcom X, Fidel Castro, Che Guevara, Gayatri Spivak e Ruy Mauro Marini (RIBEIRO, 2014).

Walter Mignolo (2008), autor chave desta discussão, por exemplo, propõe a superação do marxismo (em todas suas variantes) e apresenta limites para com o pensamento do próprio Foucault - levando ao rompimento com as discussões a respeito do hibridismo versus essencialismo do pós-colonialismo de Bhabha e Spivak.

A teoria decolonial, mais radical que a pós-colonial, nos fala de “invasões culturais” no macroambiente da realidade latinoamericana como aquilo que compõe a “estrutura opressora” (p. 183), na medida em que são mecanismos de reprodução continuada: “Quijano (2005) e Mignolo (2007) chamam de ‘colonização do ser’ ou ‘colonização cognitiva’” (PENNA, 2014, p. 183). Para exemplificar o funcionamento desse mecanismo que desempenha atividade estratégica fundamental ao “atual padrão de poder” ao dominar pela visibilização de uma realidade, Pena (2014) cita, entre outras, a crítica ao fatalismo dos oprimidos e a introjeção do e atração ao opressor.

Tal estrutura descrita opera para a manutenção do “atual padrão de poder”, definido por Quijano (2005, p. 123) como articulação de “todas as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais correspondentes, configurando em cada área uma única estrutura com relações sistemáticas”. A partir deste cenário de articulação e dependência - educação como fragmento da “estrutura opressora” do “atual padrão de poder” -, Penna (2014) afirma que a perspectiva decolonial e a pedagogia freireana possuem “valor pedagógico na medida em que questiona os referenciais eurocêntricos a partir dos quais o conhecimento no campo das ciências sociais é produzido” (PENNA, 2014, p. 183). A autora ainda sintetiza estratégias para romper com a “invasão cultural”, são elas: “[...] revolução; objetivação da mitologia opressora ou eurocêntrica; deslocamento do lugar de fala; e valorização do conhecimento fronteiriço” (PENNA, 2014, p. 183).

Neste caso, pertencente a rede, o ensino das ciências sociais aplicadas possui simbolismo e narrativa desvinculados da realidade concreta e do ser e estar latinoamericano. Segundo Quijano (2005), o Estado-Nação é uma das formas de

controle das relações sociais articuladas. Os autores contrários ao atual “sistema-mundo” e seu “universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas” (QUIJANO, 2005, p. 123), a partir de raciocínio dialético, problematizam a invenção da farsa do descobrimento, da conquista, tecendo severas críticas ao processo de colonização, fundado na eliminação cultural e nos processos de racialização do poder desde a perspectiva da burguesia e da racionalidade eurocêntrica (DUSSEL, 1993).

Para aprofundar a compreensão da estrutura da democracia burguesa e seus conflitos, o trabalho, com críticas convergentes aos autores contra-hegemônicos e que integram as estratégias de rompimento com os processos opressivos ao abordar a perspectiva dos “en-cobertos”, que pode-se evidenciar é o do autor Dussel (1993). Ele é divergente do pós-modernismo por criticar a racionalidade fundada na universalidade dessa corrente, mais especificamente sobre a irracionalidade da razão e não apenas sobre sua característica “razão do terror” (DUSSEL, 1993, p. 24). Dussel (op. cit.) descreve como “razão dominadora, vitimária, violenta” (DUSSEL, 1993, p. 24), denunciando o “Mito da Modernidade” e propondo olharmos e atentarmos para a “razão do ‘Outro’” para “Trans-modernidade”.

O autor decolonial expõe a brutalidade que as compreensões elaboradas no contexto de uma só face da Modernidade camuflam, bem como sua necessidade de difusão do caráter “emancipador racional”. Dessa forma, evidencia e compreende a violência do termo considerando que modernidade se consolida no enfrentamento e encobrimento do “Outro”, quando a opressão é estruturada à inauguração do “centro” versus “periferia” a fim de silenciar povos (DUSSEL, 1993).

O trabalho de Dussel (1993) focalizou nas pioneiras expedições espanholas que inventaram o Outro e modelaram a “subjetividade moderna”, citando as invasões de Sevilha, Granada, Málaga, Andaluzia, Panamá, Costa Rica, Porto Rico, Argentina, Índia, África e China, como ensaio da produção do “eurocentrismo”. Essa centralidade europeia na História Mundial é abordada por Kant (apud Dussel, 1993) quando associa preguiça e covardia como causalidade imatura, esta por sua vez, necessita de “Ilustração”. O autor pontua que neste dualismo imaturo x ilustrado, a

emancipação em Hegel é o fio condutor para explicar a História Mundial a partir de “Deus, razão e liberdade” como caminho linear e completo para a “Ilustração”.

Sendo a Europa do Norte composta pelo “povo dominante” e detentor do “direito absoluto”, o ego formador dessa ideologia classifica preguiça e covardia, definindo-se “homem em estado bruto” (DUSSEL, 1993, p. 22).

África... não tem propriamente história. Por isso abandonamos a África para não mencioná-la mais. Não é uma parte do mundo histórico; não representa um movimento nem um desenvolvimento histórico... o que entendemos propriamente por África é algo isolado e sem história, sumido ainda por completo no espírito natural, e que só pode ser mencionado aqui, no umbral da história universal (HEGEL apud DUSSEL, 1993, p. 20).

Verifica-se, pela compreensão transcrita, que foi dessa forma que se promoveu o apagamento das perspectivas latinoamericanas e de muitos outros povos originários no planeta como um todo. Esse eurocentrismo fundado no encobrimento do Outro baseava as práticas de substituição dos termos e deslocamento ou ocultamento do lugar de fala. Dussel (1993) conclui que o eurocentrismo se fortaleceu com o discurso do “descobrimento” que não existiu e com a “invenção do ser-asiático”:

[...] a experiência existencial colombiana de dar um ‘ser asiático’ as ilhas encontradas em sua rota para a Índia. O ‘ser-asiático’ - e nada mais - é uma invenção [...]. É o modo como ‘desapareceu’ o Outro, o ‘índio’, não foi descoberto como Outro, mas como o ‘si-mesmo’ já conhecido (o asiático) e só re-conhecido (negado então como Outro): ‘em-coberto’ (DUSSEL, 1993, p. 32).

Consta-se, dessa maneira, os processos promovidos para ocultar a existência de sujeitos que possuíam geografias e histórias próprias, suprimidas pela colonialidade do poder. Como consequência, nesta mesma perspectiva, Abdalla e Faria (2017, p. 915) defendem a opção decolonial no âmbito da área acadêmica da administração e afirmam “[...] a hiper-modernidade informa não a emancipação sem limites, mas o acirramento do quadro de pobreza e de desigualdade em diversos campos, incluindo a administração/gestão”. A proposta crítica de Abdalla e Faria (2017, p. 924) para a opção decolonial na administração agrega às premissas de valorização do conhecimento fronteiriço e afirma que epistemologias “e ontologias que confrontam esse quadro [de colonialidade global] enfrentam obstáculos, em termos nacionais e internacionais, para reconhecimento, legitimidade e aceitação”. É

preciso e necessário um diálogo amplo no processo de formação onde educandos se reconheçam no processo. Ganha destaque, portanto, os conteúdos que são apresentados aos educandos. Estes, via de regra, tomam como base as bibliografias que professores transacionam durante o percurso formativo. Examinar quais são estas bibliografias nos cursos de graduação em IES públicas do Campo de Públicas, no Brasil, é o foco da próxima seção.

4 CAMPO[S] DE PÚBLICAS E O VÁCUO LATINOAMERICANO

Mesmo que Pires, Silva, Fonseca, Vendramini e Coelho (2014) reconheçam a instabilidade das definições para o Campo de Públicas, dado vigente processo de construção identitária, afirmam que a emersão dele ocorreu a partir do desejo de diferenciação entre cursos de graduação em administração de empresas e os com enfoque na gestão pública. O contexto era de mudanças do Estado brasileiro, suas reformas dos últimos 30 anos que acabaram por gerar grande oferta de cursos de graduação em gestão pública (PIRES *et al.*, 2014).

O dossiê dos autores contribui para uma historiografia do Campo. Ele é dividido cronologicamente em quatro períodos intitulados “a afirmação das diferenças e o reconhecimento da identidade própria” (2002 a 2005), “o nascimento do Campo de Públicas” (2006 a 2009), “o crescimento do Campo de Públicas e a ameaça de retrocesso” (2010 a 2013) e “início da consolidação do Campo e seu reconhecimento no âmbito do sistema de avaliação educacional” (a partir de 2013).

O início resulta em 2006 na distinção do Bacharelado em Administração e Bacharelado em Administração Pública, através do despacho publicado pelo Ministério da Educação no Diário Oficial da União dia 17 de maio. Esse fato é apresentado como processo de dois contextos: (i) “refluxo do pensamento hegemônico contrário à intervenção estatal e às políticas a ele inerentes” e (ii) atuação da Constituição Cidadã (BRASIL, ano, p. 113). Esses contextos são analisados como emersão de uma perspectiva econômica: “capacidade de investimento público após a estabilização econômica e ajuste fiscal conduzidos na segunda metade dos anos 1990” (PIRES *et al.*, 2014, p. 113). Seguido pela descrição dos eventos do Campo, aqui especificado pela criação da Federação

Nacional dos Estudantes de Administração Pública (atual FENECAP), e do Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Administração Pública (atual FP3CP), a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) se aproximava, sendo que o caminho de homogeneização das heterogeneidades pode ser notado pelo “mapeamento dos cursos correlatos e de identificação dos seus representantes” (PIRES *et al.*, 2014, p. 115) e pela busca da “construção de uma agenda que fosse unificadora dos diferentes fazeres em torno do ethos republicano” (PIRES *et al.*, 2014, p. 115). O terceiro período relata a construção epistemológica durante o processo de elaboração da DCNs, em que pela

primeira vez na história do CNE [Conselho Nacional de Educação] [...] um órgão de regulação profissional, no caso, um conselho [Conselho Federal de Administração], impetrou um recurso e tentou interceder em um processo decisório tipicamente de formação acadêmica [...]. (PIRES *et al.*, 2014, p. 115)

E por fim, do andamento de institucionalizar o Campo, em 2013 se homologam as Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pelo CNE em 2014 (Resolução n. 1) e os cursos passam à oficialização perante o cenário nacional. No último período tem-se a promoção da autonomia do Campo expressa pela abertura dos diálogos oficiais que objetivavam também a avaliação dos cursos. Ainda neste fragmento, a luta assimétrica anteriormente mencionada foi detalhada e uma de suas manifestações é “no campo da regulação educacional e de fiscalização do exercício profissional” (PIRES *et al.*, 2014, p. 117).

A reunião não foi amigável, uma vez que as docentes reiteraram o posicionamento do Campo de continuar na defesa das DCNs. A posição do CFA, por sua vez, era de que se deveria considerar as DCNs de Administração, de 2005, com possibilidade, a depender da concordância dos conselheiros, de incluir conteúdo proposto pelo Campo de Públicas e as cinco denominações AP [Administração Pública], GP [Gestão Pública], GPP [Gestão de Políticas Públicas], GS [Gestão Social] e PP [Políticas Públicas]. (PIRES *et al.*, 2014, p. 118)

Com a perda de hegemonia dos órgãos representantes da Administração (CFA, CRAs, Angrad) causada pela luta do Campo de Públicas em relação a divisão de poder, certo incômodo e ruídos não foram inesperados. O conhecimento é um espaço de disputa.

Esta área do conhecimento intitulada pelos autores como “multidisciplinar embrionária” (PIRES *et al.*, 2014, p. 110), que teve em seu histórico a busca de autonomia em relação à Administração Empresarial, pode ser definida como:

multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES *et al.*, 2014, p. 112)

A superação deste estado de subalternização, para os autores, pode ser medida com o fato de que a diversidade de nomenclaturas (Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social) aproxima “da configuração internacional da educação superior para o setor público” (PIRES *et al.*, 2014, p. 121). Entretanto, a “configuração internacional da educação” é estruturalmente exemplificada pelos parâmetros estadunidenses de educação e neste trabalho especificamente, é relacionada ao *National Association of Schools of Public Affairs and Administration* (NAASPA).

A articulação de 1990 (PIRES *et al.*, 2014, p. 113), que ocorreu durante o processo de formalização do Campo, refere-se também ao fragmento da educação hegemônica vigente fundamentado por Freire (2001)

Para materializar esse processo, expresso também pela construção epistemológica delineada pela elaboração da DCNs, construiu-se redes sociais. O ato de citar estabelece diálogo intelectual necessário para a construção do conhecimento (GRÁCIO, 2016). Neste sentido, “a análise de citação constitui uma abordagem que se caracteriza por sua natureza social, histórica” (GRÁCIO, 2016, p. 83). Quando citamos autores nos produtos da atividades desenvolvidas nos centros universitários, estamos definindo caminhos de pesquisa e de difusão de conhecimento. No caso das ementas das disciplinas (obrigatórias e optativas) que compõem os PPCs dos cursos de graduação, tais documentos são produzidos coletivamente, e sua análise pode ser reveladora sobre suas características e natureza intelectual.

No método escolhido a citação será a principal fonte de dados, responsável por indicar as concepções teóricas que compõem o Campo de Públicas em seus cursos de bacharelados de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, tendo em vista que a produção de conhecimento e a inovação científica, no Brasil, majoritariamente, provém das universidades públicas, além de priorizar perfis curriculares mais flexíveis e de maior ecologia de saberes. Contudo, a análise de citação não deve se limitar à análise de sua frequência simples, mas sim aos padrões de cocitação (autores que são citados juntos no mesmo documento). Para tanto, a análise de redes nos fornece o instrumental necessário que permite descortinar o emaranhado de autores e suas comunidades epistemológicas no interior do campo em tela.

O quadro abaixo aponta para os cursos e instituições que compuseram a análise aqui empreendida:

CURSO	IES públicas
Administração Pública	FJP
Administração Pública	UDESC Balneário Camboriú
Administração Pública	UDESC Florianópolis
Administração Pública	UENF
Administração Pública	UFLA
Administração Pública	UFPR
Administração Pública	UFRN
Administração Pública	UFRRJ
Administração Pública	UNEAL
Administração Pública	UNESP
Administração Pública	UNICAMP

Administração Pública	UNIFAL
Administração Pública	UNILAB
Administração Pública e Gestão Social	UFRGS
Administração Pública: Gestão Pública e Social	UFCA
Gestão de Políticas Públicas	UFRN
Gestão de Políticas Públicas	UnB
Gestão de Políticas Públicas	USP
Gestão Pública	UFMG
Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social	UFRJ
Políticas Públicas	UFABC
Políticas Públicas	UFRGS

Fonte: os autores

A coleta dos PPCs e seu ementário se deu primeiramente pela busca em seus sítios eletrônicos. E quando não encontrado online, foi solicitado por correio eletrônico para as respectivas coordenações de cursos.

Para a organização dos dados foi empregado o *software* RQDA (R *Qualitative Data Analysis*), ferramenta do pacote estatístico R que permite a criação de bancos de dados a partir de textos, dar-lhes atributos e realizar sua codificação – neste caso, os autores presentes nas listas de referências bibliográficas dos planos de ensino presentes nos PPCs. O banco de dados resultante foi tratado na interface do *SQLite Manager* e a partir dele geradas planilhas em formato CSV (*Coma-separated Values*) para serem posteriormente exportadas ao *software* de análise de redes Gephi. Melhor explicando, os autores e autoras das listas de referências

bibliográficas dos PPCs foram transformados em vértices (nós) que se relacionam entre si por meio de arestas (laços).

No que tange às estatísticas das análises de redes que foram usadas, mobilizamos duas medidas: centralidade de grau de entrada e o algoritmo de modularidade. A centralidade de grau de entrada se dá pela quantidade de arestas dirigidas para um determinado vértice (NEWMAN, 2010), sendo uma análise de corte topológico, ou seja, que encontra os vértices de alto relevo dentro da rede. Já a medida de modularidade encontra as subredes, ou seja, os seus módulos a partir dos padrões de semelhanças e proximidades entre os vértices, portanto, se trata de uma análise de corte temático, por detectar comunidades no interior da rede. A partição é feita com um algoritmo que detecta sucessivamente as arestas com maiores graus de intermediação, e as divide, segmentando, assim, a rede (BLONDEL *apud* NEWMAN, 2010).

Redes e Núcleos Teóricos do Campo de Públicas no Brasil

Maria Cláudia Cabrini Grácio (2016) descreve e compara duas técnicas oriundas da cientometria: o acoplamento bibliográfico de autores (ABA) e análise de cocitação de autores (ACA). Tais métodos se aprofundam no domínio científico, especificamente na lista de referências em que “um trabalho científico reflete o diálogo estabelecido pelo pesquisador com seus pares, bem como o processo de construção do seu conhecimento” (GRÁCIO, 2016, p. 83). Tal domínio e seus impactos são mensurados pelo reflexo desses diálogos e desses processos de construção do conhecimento.

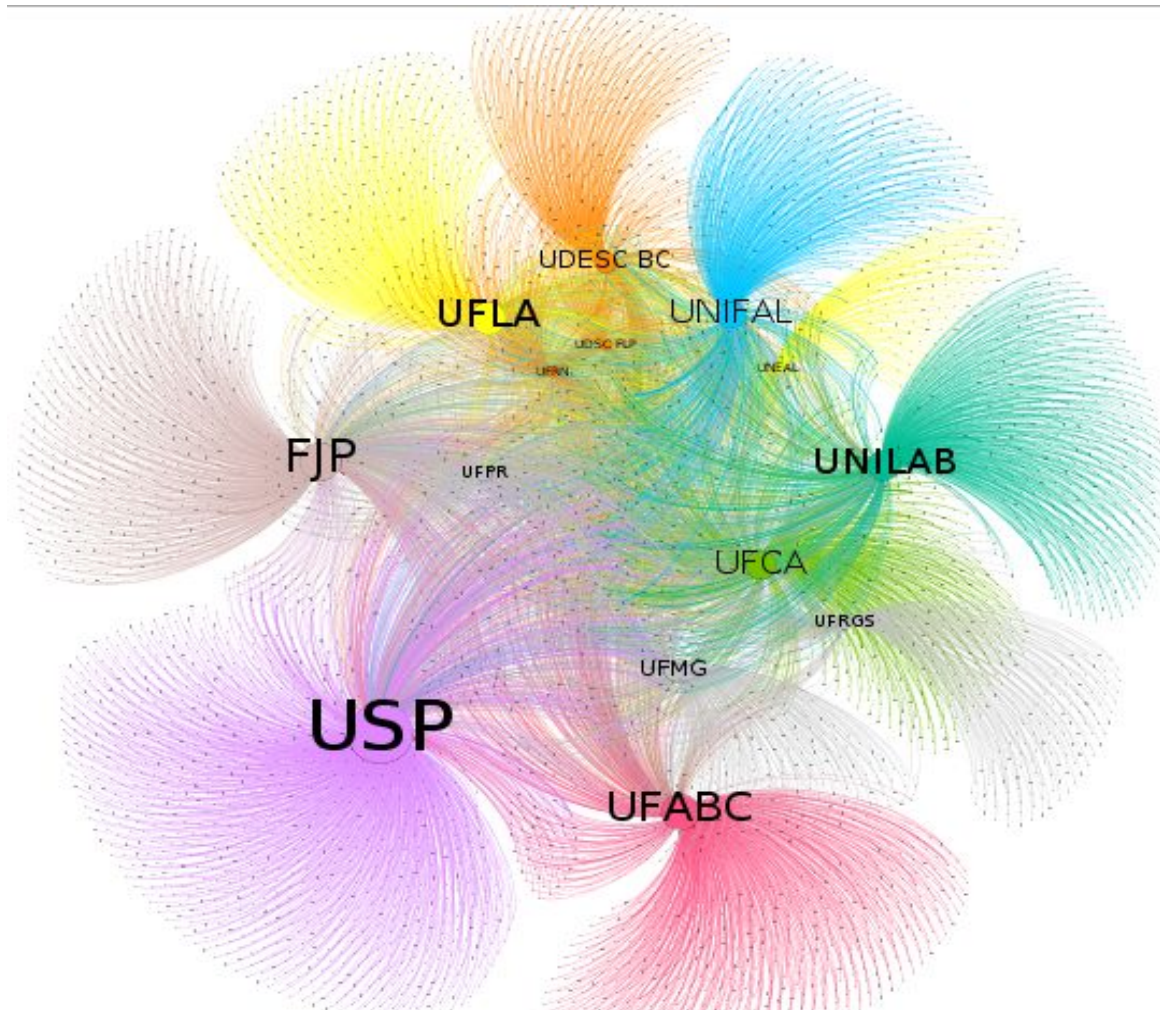
Mesmo que seja um “indicador objetivo da comunicação” (GRÁCIO, 2016, p. 83), a decisão de adotar este instrumento foi ponderada pela possibilidade de visualização da estrutura subjetiva do processo de formação das profissionais do Campo de Públicas. Ela é possível pelas análises universais e relacionais, tendo que ABA e ACA integram os dois principais métodos da última análise. O ABA considera a relação entre os autores a partir da quantidade de referências em comum, logo foi a escolha dentre as perspectivas da análise relacional.

A autora cita Michael M. Kessler (1963) entendendo que é o responsável por apresentar um método que agrupa “dois artigos [...] quando esses referenciam pelo menos um publicação em comum” (GRÁCIO, 2016, p. 85). A força de atração, considerada análise retrospectiva, é medida pela frequência do acoplamento, ou seja, pela maior ou menor proximidade teórica a partir do maior ou menor grau em comum. Em resumo,

o Acoplamento Bibliográfico mensura a proximidade entre dois artigos comparando suas referências e quanto maior o número de referências que compartilham, maior a similaridade entre eles, que pode ser temática, teórico, metodológica ou outra particularidade compartilhada. (GRÁCIO, 2016, p. 85).

A metodologia de análise de redes, por considerar atributos relacionais, oferece ao ACA, e demais técnicas oriundas da cientometria, permitindo compreender os padrões e estruturas que configuram os espaços sociais - como é o caso do espaço acadêmico e universitário. Neste sentido, ela é útil para investigações de caráter indutivo e cientométrico, que tem por mote o mapeamento das tradições teóricas dentro das áreas de saber.

GRAFO 1: Rede do Campo de Públicas (Referências e Cursos)

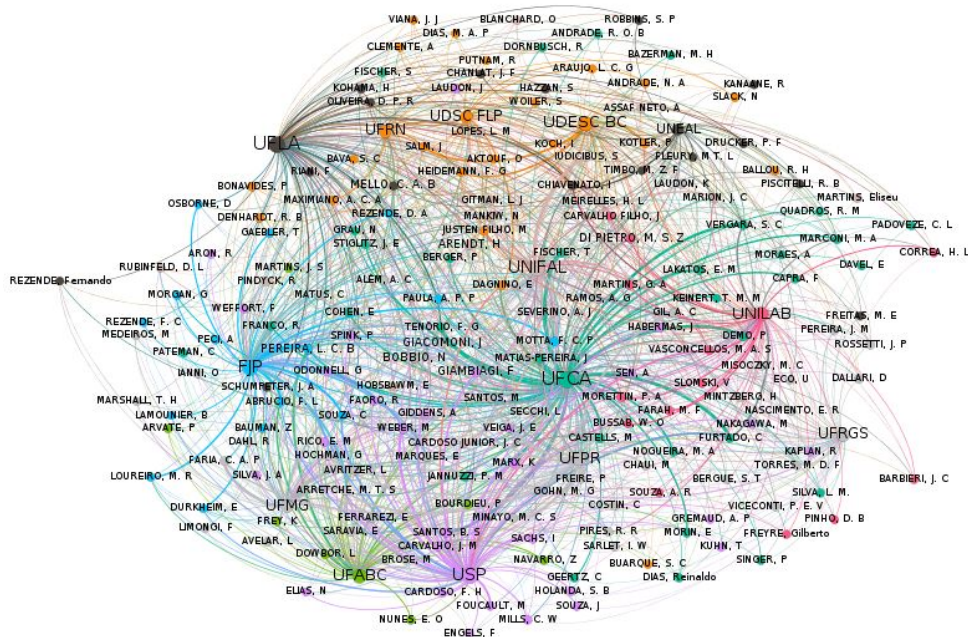


Fonte: elaboração própria

Por esta perspectiva, a primeira rede a analisarmos (grafo 1) é a que traz a completude da matriz de dados. A quantidade de vértices (nós) da rede é de 4.781, e são conectados por 7.434 arestas (laços). Tendo em vista que aqui são analisadas as referências bibliográficas de ementas de 14 cursos de bacharelado, a média de referências citadas de cada PPC é de 341 autores e autoras. Trata-se de uma rede relativamente densa, com um único componente: seu grau médio é de 3,1 e seu diâmetro é 4. Assim, suas distâncias geodésicas são curtas.

As cores distintas do grafo 1 representam suas sub-redes, encontradas a partir do algoritmo de modularidade. Ou seja, demonstram seus núcleos e comunidades internas. O posicionamento de cada comunidade na rede também demonstra proximidades e distâncias entre os cursos, no que tange às suas bibliografias utilizadas nos seus respectivos PPCs. O algoritmo de modularidade do Gephi detectou 11 comunidades sendo que destas, duas congregam mais de um curso em seu interior. As demais comportam apenas um curso. Tal fato denota que os cursos apresentam características teóricas distintas e certo grau de disciplinaridade em seus interiores. As instituições que estão mais centralizadas são aquelas com maiores integrações teóricas e interdisciplinaridade, tais como: a UFPR, a UFCA e a UFMG. Diametralmente opostas, estão, por exemplo, a UDESC-BC em relação à UFABC, e a FJP em relação à UNILAB.

GRAFO 2: Rede do Campo de Públicas (Referências e Cursos) com Filtro 5



Fonte: elaboração própria

O grafo 2 (acima) traz a rede com filtro de grau 5. Isto é, reduzimos a rede para apenas os vértices com maiores centralidades de grau de entrada. Tendo em vista que a análise de redes deve levar em conta a tridimensionalidade dos grafos, se trata de fazer sua topologia: fatiar a rede da base para o cume, demonstrando sua estrutura mais relevante com seus principais vértices. Sendo assim, a partir do filtro de grau 5, o grafo 2 apresenta uma rede composta de 202 vértices que representa 4,23% da totalidade. Sua quantidade de arestas é de 1.314 (17,63% da totalidade). Nesta rede, a visualização das referências centrais do campo de públicas se evidencia, bem como sua proximidade institucional para com os cursos de graduação.

QUADRO 1 – Referências com maiores centralidades de grau nos PPC

REFERÊNCIA	GRAU	REFERÊNCIA	GRAU	REFERÊNCIA	GRAU
GIACOMONI, J	14	BUSSAB, W. O	9	MATIAS-PEREIRA, J	8
BOBBIO, N	13	CASTELLS, M	9	MEDEIROS, M	8
DI PIETRO, M. S. Z	13	DAGNINO, E	9	MORGAN, G	8
MELLO, C. A. B	13	DALLARI, D	9	RAMOS, A. G	8
PEREIRA, L. C. B	13	DENHARDT, R. B	9	SACHS, I	8
ARENDT, H	12	FURTADO, C	9	SECCHI, L	8
GIAMBIAGI, F	12	GIL, A. C	9	TENÓRIO, F. G	8
MANKIW, N	11	HABERMAS, J	9	ABRUCIO, F. L	8
MEIRELLES, H. L	11	LAUDON, K	9	CHIAVENATO, I	8
SPINK, P	11	SANTOS, M	9	COHEN, E	8
VASCONCELLOS, M. A. S	11	SEVERINO, A. J	9	SEN, A	8
BONAVIDES, P	10	VERGARA, S. C	9	AVRITZER, L	8
JUSTEN FILHO, M	10	ARRETCHE, M. T. S	9	CARVALHO, J. M	8
KOHAMA, H	10	DEMO, P	9	DURKHEIM, E	8
LAKATOS, E. M	10	MARX, K	9	FERRAREZI, E	8
MORETTIN, P. A	10	FAORO, R	9	GIDDENS, A	8
PAULA, A. P. P	10	DAHL, R	8	HOCHMAN, G	8
ROSSETTI, J. P	10	IUDICIBUS, S	8	MARQUES, E	8
TORRES, M. D. F	10	KOTLER, P	8	MILLS, C. W	8
WEBER, M	10	LAUDON, J	8	SANTOS, B. S	8
MOTTA, F. C. P	10	MARCONI, M. A	8	SARAVIA, E	8
ALÉM, A. C	9	MARION, J. C	8	SOUZA, C	8

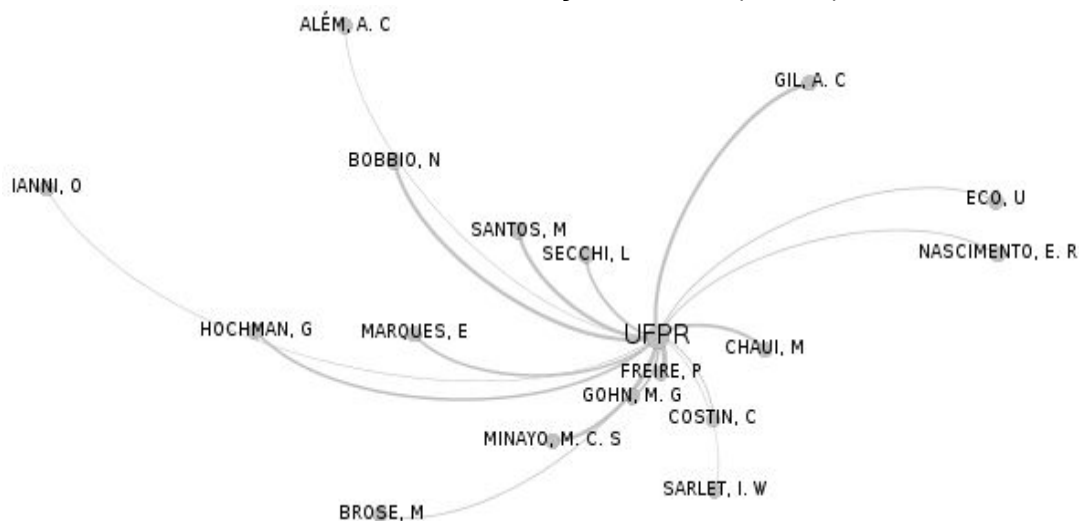
Fonte: elaboração própria

O Quadro 1 aponta para as referências com maiores centralidades dos cursos de graduação aqui analisados: aquelas que mais foram citadas dentro dos PPCs. O grau de entrada, portanto, demonstra que Jean Giacomoni (grau 14) foi o único autor a estar presente nos 14 PPCs analisados. Evidência esta que demonstra a ênfase nesta corrente da área de finanças públicas no campo em apreço. Com grau de

entrada 13 aparecem na lista: Norberto Bobbio, Di Pietro, Bandeira de Mello e Bresser Pereira. O que este quadro revela é o “estado da arte” do campo de públicas em termos de teorias e conteúdos que os professores mais transacionam em suas disciplinas: o rol de leituras que os discentes mais aprendem em seus percursos formativos. Mais do que isso, o quadro é revelador do ponto de vista da paisagem intelectual e disciplinar: há próceres de várias epistemologias e áreas, da filosofia política (como Hannah Arendt e Habermas) à área de gestão de pessoas (como Chiavenato).

Na análise de redes importa verificar as conexões, distanciamentos e aproximações entre os vértices. Ou seja, comunidades dentro da rede. É isso que será visto a seguir. Como já mencionado, o algoritmo de modularidade do Gephi detectou 11 sub-redes, as quais descreveremos brevemente a seguir, demonstrando como as referências com maiores centralidades de grau se distribuem dentro destas comunidades.

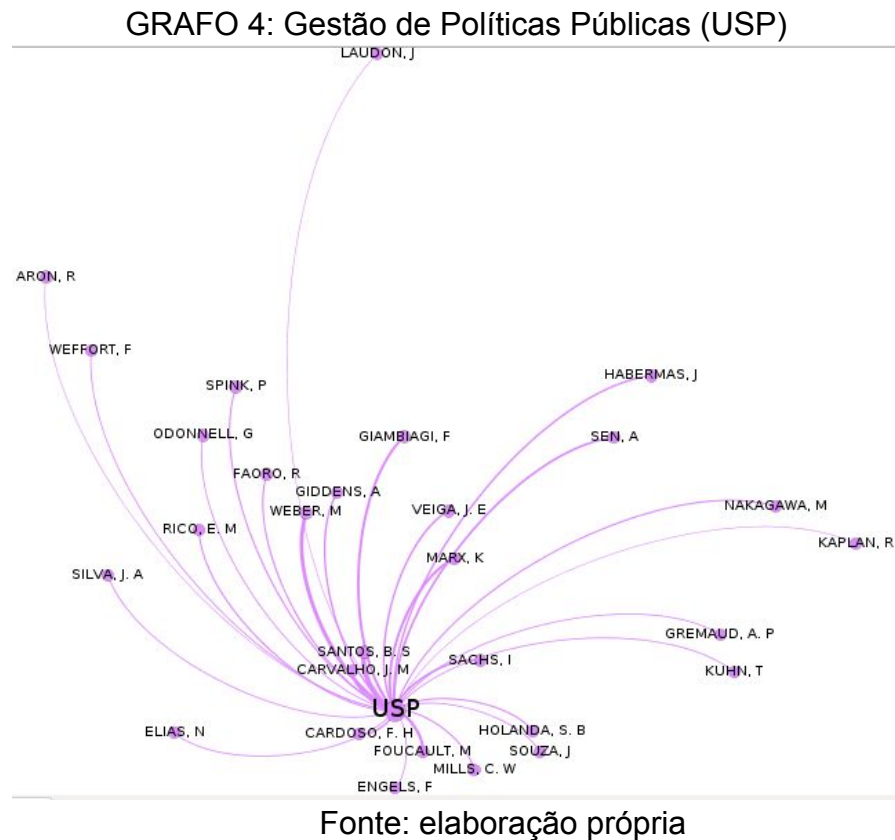
GRAFO 3: Administração Pública (UFPR)



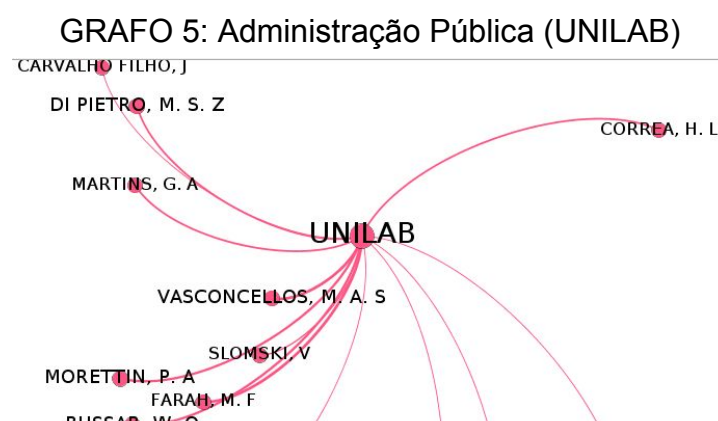
Fonte: elaboração própria

O grafo 3 tem como vértice central a UFPR e seu curso de Administração Pública. As referências que estão mais fortemente vinculadas nesta comunidade são: Norberto Bobbio (grau 13), Milton Santos (grau 9), Gil (grau 9) e Ana Cláudia Duarte de Além (grau 9). Outros autores também não passam despercebidos ao observarmos esta rede, tais como Paulo Freire, Otávio Ianni, Umberto Eco,

Leonardo Secchi. Trata-se de um curso com bastante pluralidade teórica e temática em seu interior, inclusive desde o ponto de vista da decolonialidade.

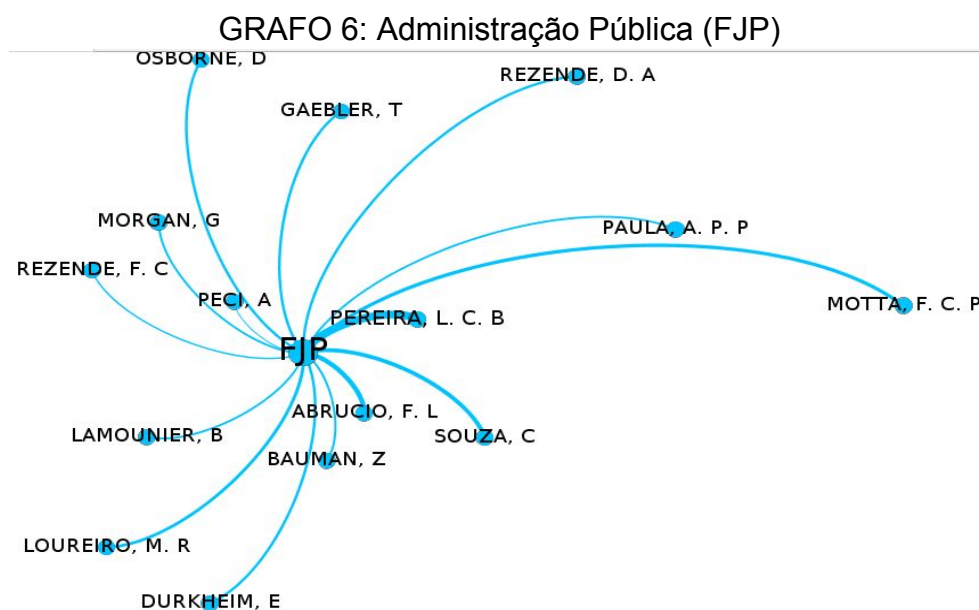


No que tange ao curso de Gestão de Políticas Públicas da USP (grafo 4), os vértices centrais são: Fábio Giambiagi (grau 12), Peter Spink (grau 11), Max Weber (grau 10), Karl Marx (grau 9), Jurgen Habermas (grau 9) e Raymundo Faoro (grau 9). Outras referências importantes desta rede são: Boaventura de Sousa Santos, Michel Foucault, Fernando Henrique Cardoso, Norbert Elias, Sérgio Buarque de Holanda, etc. Interessante perceber que mesmo que sua referência central (Giambiagi) seja da economia, a maioria das referências da USP advém de tal vertente da sociologia política.



Fonte: elaboração própria

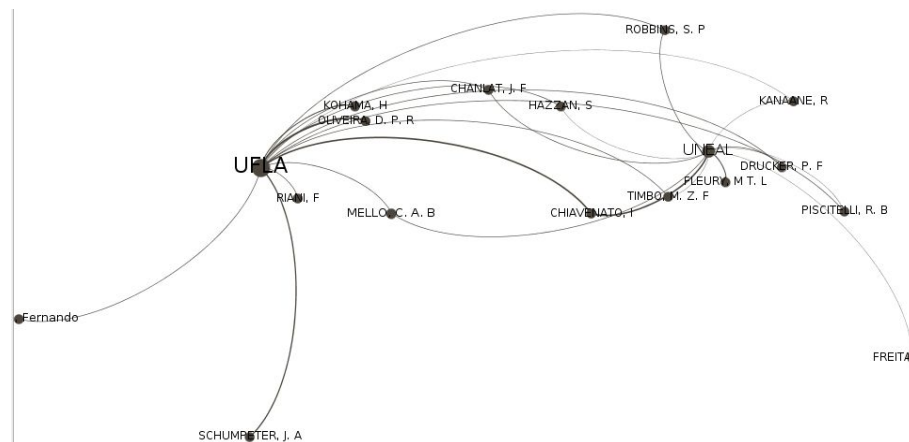
O grafo 5, tem como nó central o curso de Administração Pública da UNILAB. Suas referências com maior centralidade são: Maria Di Pietro (grau 13), Marco Antonio Sandoval Vasconcellos (grau 11), Pedro Morretin (grau 10) e Wilton Bussab (grau 9). Tratam-se de referências, em sua maioria, do campo da economia e estatística, a exceção de Di Pietro que é das ciências jurídicas.



Fonte: elaboração própria

Bresser Pereira (grau 13), Fernanda Paula de Carvalho Motta (grau 10) Ana Paula Paes de Paula (grau 10), por seu turno, são as referências centrais que se aglutinam em torno do curso de Administração Pública da FJP (grafo 6). Os dois primeiros são referências consagradas do debate sobre o Estado brasileiro e sua gestão, enquanto que a última se destacou pela teoria geral da administração. Autores da ciência política e da sociologia também aparecem dentro desta comunidade: Bauman, Durkheim, Fernando Abrúcio, Bolivar Lamounier e Celina Souza.

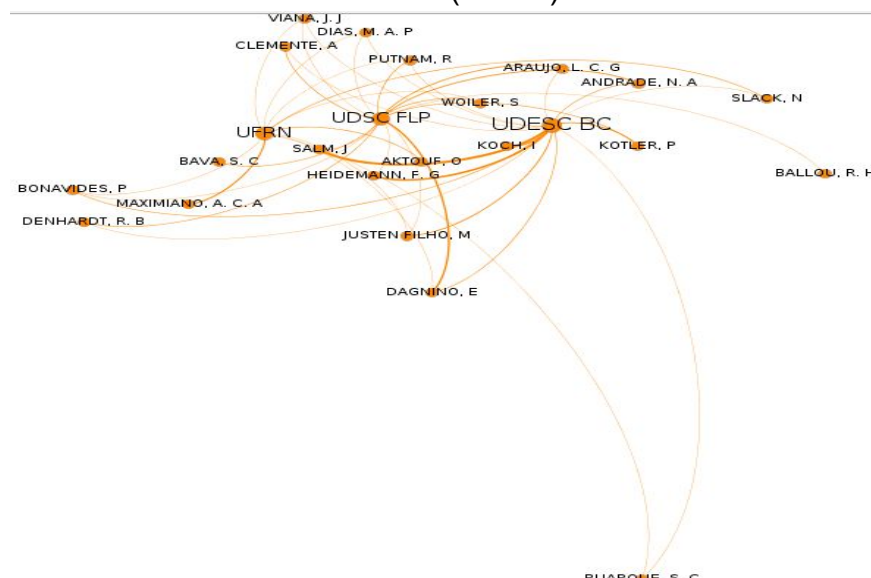
GRAFO 7: Administração Pública (UFLA e UNEAL)



Fonte: elaboração própria

O Grafo 7 traz dois cursos de Administração Pública que se aproximam, devido ao compartilhamento de bibliografias, a UFLA e a UNEAL. As referências centrais desta comunidade são: Celso Antônio Bandeira de Mello (grau 13), Hélio Kohama (grau 13) e Idalberto Chiavenato (grau 8) – autores do direito administrativo, contabilidade pública e gestão de pessoas, respectivamente. Trata-se de um curso com perfil muito diferente do curso de Gestão de Políticas Públicas da USP e de Administração Pública da UFPR, por exemplo.

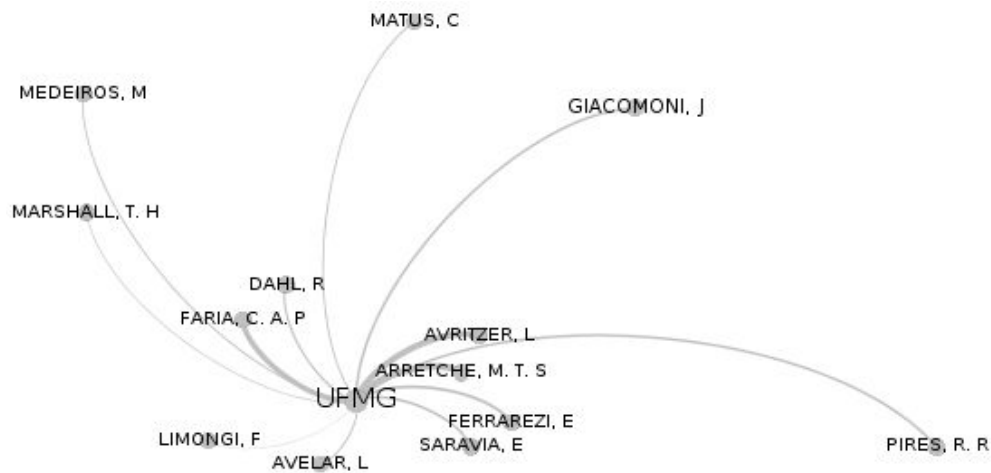
GRAFO 8: Administração Pública (UDESC-BC e UDESC-FLP) e Gestão de Políticas Públicas (UFRN)



Fonte: elaboração própria

A comunidade representada pelo grafo 8 traz dois juristas: Marçal Justen Filho (grau 10) e Paulo Bonavides (grau 10), bem como a cientista política Evelina Dagnino (grau 9) e o autor do campo das teorias da administração pública Robert Denhardt (grau 9) como vértices centrais. Esta comunidade inclui três cursos de graduação: os cursos de Administração Pública da UDESC (de Balneário Camboriú e Florianópolis) e o curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN. São cursos que apontam para uma forte proximidade bibliográfica entre eles.

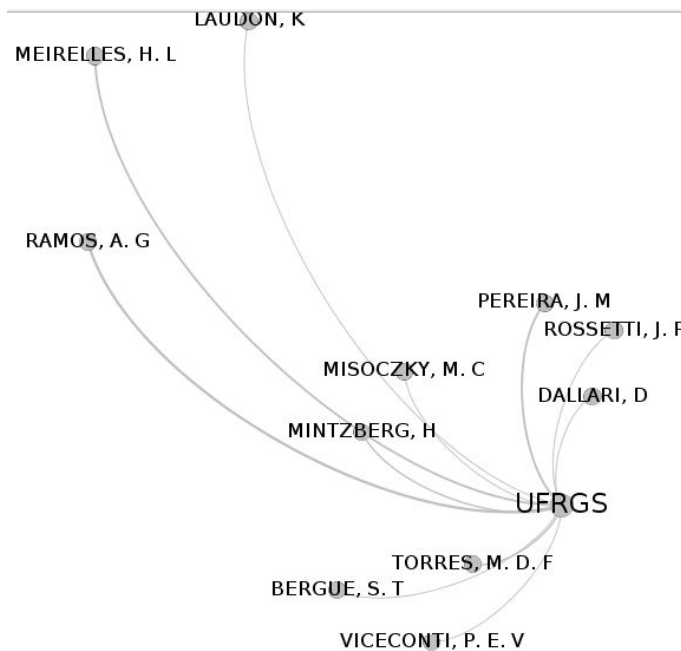
GRAFO 9: Comunidade UFMG



Fonte: elaboração própria

O grafo 9 representa a comunidade em torno do curso de Gestão Pública da UFMG e traz o economista James Giacomoni (grau 14), a cientista política Marta Arretche (grau 9), seguido por Leonardo Avritzer (grau 8), Elisabete Ferrarezi (grau 8), Enrique Saravia (grau 8) e Robert Dahl (grau 8), Medeiros (grau 8). Embora o autor central da comunidade discuta, principalmente, orçamento público, a sub-rede apresenta referências centrais da Ciência Política.

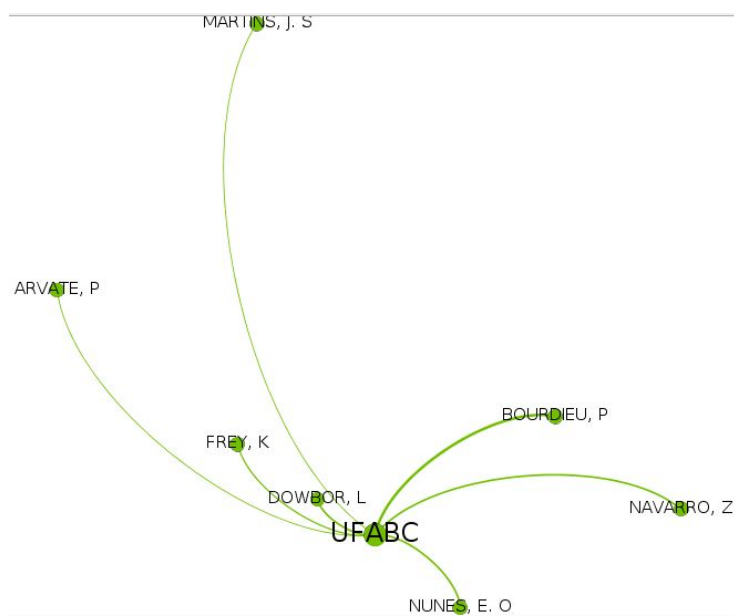
GRAFO 10: Comunidade UFRGS



Fonte: elaboração própria

O curso incluso na comunidade da UFRGS é Administração Pública e Social (grafo 10). Destacam-se Hely Lopes Meirelles (grau 11), jurista da área do direito administrativo e, simultaneamente, Torres (grau 10) e o economista José Paschoal Rossetti (grau 10).

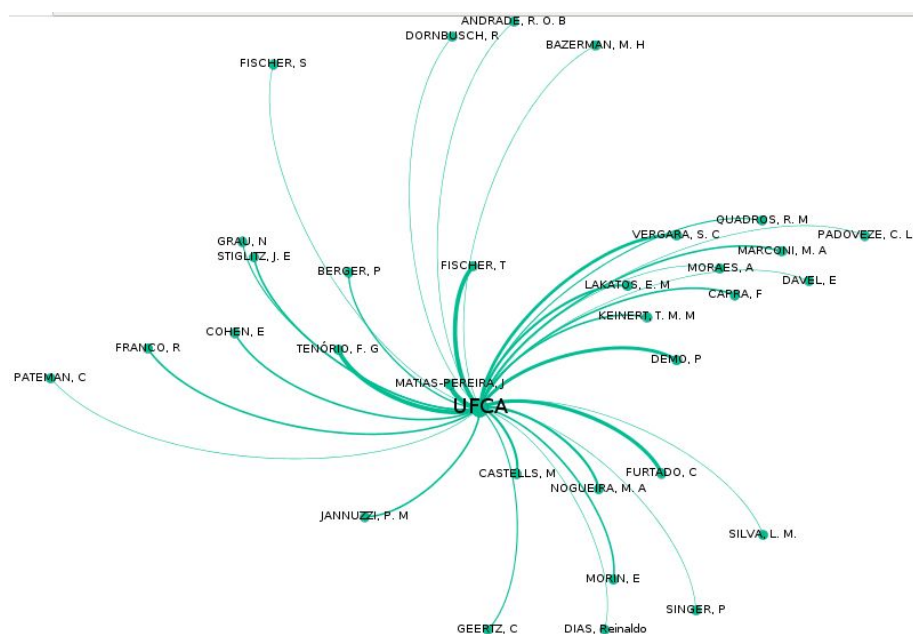
GRAFO 11: Comunidade UFABC



Fonte: elaboração própria

De *ethos* fortemente sociológico, o grafo 11 corresponde à vertente do curso de Políticas Públicas da UFABC. Nele encontram-se Pierre Bourdieu (grau 7) e o sociólogo rural brasileiro José de Souza Martins (grau 7). O economista também do setor público Paulo Arvate (grau 6) aparece em seguida.

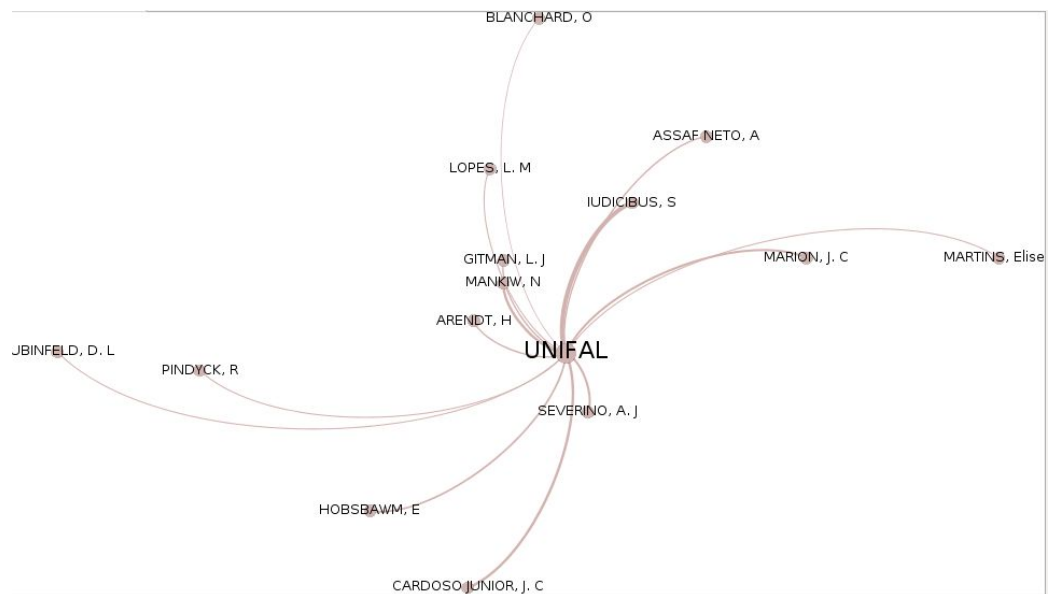
GRAFO 12: Comunidade UFCA



Fonte: elaboração própria

O grafo 12 que representa a comunidade da UFCA é amplo, interdisciplinar e não concentrado, onde a Eva Maria Lakatos (grau 10), conhecida pelos fundamentos metodológicos, possui centralidade junto ao economista e intelectual brasileiro Celso Furtado (grau 9). É possível notar também o sociólogo espanhol Manuel Castells (grau 9), a pedagoga Sylvia Constant Vergara (grau 9), e Pedro Demo (grau 9), que possui produções na área da educação.

GRAFO 13: Comunidade UNIFAL



Fonte: elaboração própria

A comunidade da UNIFAL forma o último grafo (13). Nele a filósofa alemã Hannah Arendt (grau 12), que pensou os desafios impostos pelo totalitarismo, possui forte ênfase. Da mesma forma que o economista neokeynesiano Nicholas Gregory Mankiw (grau 11). Nomes como Antônio Joaquim Severino (grau 9), Sergio de Iudicibus (grau 8) e José Carlos Marion (grau 8) também são evidenciados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento inicial emergido do referencial teórico que integra o segundo item sobre o fato da divisão teoria e prática, e da imparcialidade agregarem qualificação fragmento, mesmo que defendida pelos autores apenas como totalização, parte da premissa de não reconhecimento do seu aspecto perspectivista. Quer dizer, fragmento do pensamento teórico com algumas técnicas talvez totalizantes. Melhor dizendo, compreendo a possibilidade da totalidade desde que perspectivizadas para não serem, outra vez, fragmentos que elaboram apenas o discurso dos “vencedores”; como demonstrado no item terceiro. Neste sentido,

alegar totalidade sem perspectivizar é exemplificação da subjetividade eurocêntrica por desconsiderar ser fragmento do “sistema-mundo”.

Logo, a posterior defesa do obstáculo, revezamento e fragmentação, da mesma forma não reconhece o aspecto do perspecto. Por não reconhecer, conclui novos domínios como ferramenta do revezamento em resposta aos obstáculos encontrados. Entretanto, e portanto, eventuais novas teorias/práticas serão contínuas alternâncias eurocêntricas de domínio de um perspecto. Contradizendo a justificativa de revezamento, além da busca por domínio por si já ser homogeneizante. Esse raciocínio se configura como operacionalização das mencionadas leis rígidas do atual padrão de poder, no item dois e três, respectivamente.

Logo, ao tentar desvincular-se desta imposta racionalidade, denunciando o Mito da Modernidade que integra a colonialidade do poder, descritos no item três, sem acabar por reproduzir sua qualidade hierarquizada necessária aos chamados domínios, tem-se a constatação e aderência dos perspectos. Por uma razão subjetiva perspectivizada.

Totalidade e perspectivismo são paradoxos, são se excluem. Torna-se imprescindível lutar pela desobediência epistêmica de que Mignono nos fala e, com isso, praticar a “identidade em política” (contrária à “política da identidade” do multiculturalismo). Só a identidade em política é capaz de fazer emergir uma nova institucionalidade que quebre o padrão de hegemonia das bibliografias do Campo de Públicas. A análise de redes demonstrou que há uma pluralidade bastante grande de autores centrais nas ementas presentes nos PPCs dos cursos de graduação aqui analisados. Mais do que isso, percebe-se que as graduações apresentam perfis bastante diferenciados de vocações teóricas e disciplinares, que pode ser reflexo da adaptação de cada curso a seus respectivos contextos geográficos, institucionais e históricos. Neste sentido, o Campo de Públicas, como uma área recente no Brasil, também se revela pela sua pouca maturidade em termos em termos de teorias e metodologias.

Contudo, é perceptível a forte presença de autores que pertencem às áreas das Ciências Econômicas, Ciência Política, Sociologia, Direito (sobretudo, administrativo) e Administração.

Há ainda que se fazer a exegese dos conteúdos nas obras escritas pelos autores que se destacaram pela sua forte centralidade de grau, algo que será perseguido no decorrer da pesquisa. Contudo, fica difícil imaginar um futuro menos colonizado ao campo de públicas no Brasil, dado que a imensa maioria destas referências articulam categorias teóricas e interpretativas eurocêntricas. Essas interpretações reproduzem a subjetividade eurocêntrica e a estratificação geopolítica do sistema-mundo. Este é um dado importante para a formação de profissionais tecno-políticos, tendo em vista a importância da formação crítica considerando micro e macro, que discentes devem possuir acerca de si mesmos e de e sua sociedade dentro do sistema mundo.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. **Em defesa da opção decolonial em administração/gestão**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 914-929, dez. 2017.
- CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, ed. 2, p. 115-144, 1996.
- DUSSEL, E. 1492 - **O encobrimento do outro**: A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Ensinar, aprender: leitura do mundo, leitura da palavra**. Estudos Avançados, v. 15, n 42, p. 259-268, 2001.
- GRÁCIO, M. C. C. **Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação**: revisão teórico-conceitual. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 47, p. 82-99, set./dez. 2016.
- FOUCAULT, M.. **Os intelectuais e o poder**. In: FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010. cap. IV.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmico: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**: Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

NEWMAN, M. E. J. **Networks: an introduction**. Oxford , NY: Oxford University Press, 2010.

PENNA, C. **Paulo Freire no pensamento decolonial: Um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana**. Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas, Brasília, v. 8, n. 2, p. 181-199. 2014.

PIRES, V.; E SILVA, A. DE M.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. **Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais**. Administração Pública e Gestão social, Viçosa, v. 6, n. 3, p. 110-126, jul./set. 2014.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.

SANTOS, M. **O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. J. L. de; COSTA, R. H. da; GOMES, P. C. da C; SILVA, M. C. T. da; SOUZA, M. J. N. de. O espaço em questão. São Paulo: Editora Marco Zero Ltda, 1982. p 8-19. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/67/67>. Acesso em: 29 nov. 2019.

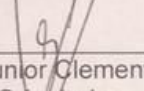
SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIBEIRO, A. D. Por uma razão decolonial. **Civitas: Dossiê: Diálogos do Sul**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.

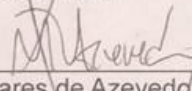
ATA FINAL DE DEFESA DE TCC DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aos seis dias do mês de dezembro de 2019, na sala 12B do bloco didático da UFPR – Setor Litoral, reuniram-se em banca, sob a presidência do professor Dr. AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE, a professora Dra. NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO e o professor Dr. IVAN JAIRO JUNCCKES, para examinar o trabalho de autoria da acadêmica Mirella Fontes Ricarte. O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFPR – Setor Litoral, intitulado: *COLONIALIDADE E CORRENTES TEÓRICAS DO (S) CAMPO (S) DE PÚBLICAS*, recebeu conceito AS, tendo sido Aprovado.

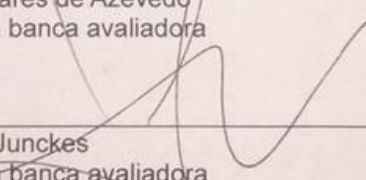
Matinhos, 06 de dezembro de 2019.



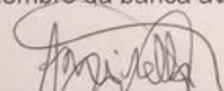
Augusto Junior Clemente
Professor Orientador



Natália Tavares de Azevedo
Membro da banca avaliadora



Ivan Jairo Juncckes
Membro da banca avaliadora



Mirella Fontes Ricarte
Acadêmica